



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI  
CAMPUS PROFESSOR BARROS ARAÚJO  
CURSO DE BACHARELADO EM JORNALISMO**



**MARCOS VINÍCIUS DA SILVA MODESTO**

**INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL:  
O PAPEL DO JORNALISMO NA OBRA INTELECTUAL DE CELSO FURTADO**

MARCOS VINÍCIUS DA SILVA MODESTO

**INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL:  
O PAPEL DO JORNALISMO NA OBRA INTELECTUAL DE CELSO FURTADO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Estadual do Piauí, campus professor  
Barros Araújo como requisito para aprovação na  
disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II  
(TCC II), do curso de Jornalismo

Orientador (a): Prof. Me. Flávio Menezes Santana

MARCOS VINÍCIUS DA SILVA MODESTO

**INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL:  
O PAPEL DO JORNALISMO NA OBRA INTELECTUAL DE CELSO FURTADO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Estadual do Piauí como requisito para  
aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de  
Curso II (TCC II), do curso de Jornalismo.

Orientador (a): Prof. Me. Flávio Menezes Santana

Aprovado em \_\_ / \_\_ / \_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Me. Flávio Menezes Santana (Uespi)  
Orientador

---

Profa. Dra. Camila Escudero (Umesp)  
Examinadora externa

---

Profa. Dra. Jaqueline da Silva Torres Cardoso (Uespi)  
Examinadora interna

Picos/PI  
2025

## **AGRADECIMENTOS**

Sou grato ao curso porque ele me fez ver o mundo de uma perspectiva expandida, humana e crítica. Também agradeço a todos que me apoiaram nessa etapa da minha vida. Em especial a minha saudosa avó Elisabeth, a minha mãe Marinalva, minha tia Maria e a querida dona do Céu.

Saliento que o curso não teria o mesmo impacto se eu não tivesse ao lado, pessoas tão competentes, esforçadas e divertidas, me refiro a minha turma. E claro, sou imensamente grato ao meu excelentíssimo orientador Flávio, alguém que eu respeito e tenho admiração.

## RESUMO

A comunicação está diretamente associada aos métodos de desenvolvimento de uma sociedade, uma vez que nas diferentes esferas sociais, a organização dos sistemas de produção interfere diretamente nas relações sociais. Assim, o objetivo geral é identificar na obra de Celso Furtado como o Jornalismo pode ser uma ferramenta de impulso para o desenvolvimento social. De abordagem qualitativa, inicialmente esta pesquisa do tipo exploratória vai partir da pesquisa bibliográfica sobre o tema, para, posteriormente, desenvolver um estudo sobre a obra *Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*, publicado originalmente em 1980, mas posteriormente publicado em três edições, a última no ano 2000, de Celso Furtado. Por fim, conclui-se que a obra de Furtado mostra que o jornalismo pode ser uma ferramenta de mudança, uma vez que o controle da informação é uma forma de exercer dominância. Quando há acessos a informações de qualidade por parte da população, certamente haverá uma mobilização mais articulada e embasada no sentido da população se tornar mais crítica e, conseqüentemente, mais atuante politicamente.

**Palavras-chave:** Comunicação para o Desenvolvimento; Jornalismo; Celso Furtado; Desenvolvimento

## **ABSTRACT**

Communication is directly associated with a society's development methods, since the organization of production systems in different social spheres directly influences social relations. Thus, the overall objective is to identify, in Celso Furtado's work, how journalism can be a tool for driving social development. Using a qualitative approach, this exploratory research will initially draw on bibliographical research on the topic, and then develop a study of Celso Furtado's book "Introduction to Development: Historical-Structural Focus," originally published in 1980 but subsequently republished in three editions, the last in 2000. Finally, it concludes that Furtado's work shows that journalism can be a tool for change, since controlling information is a way of exerting dominance. When the population has access to quality information, there will certainly be a more coordinated and informed mobilization, leading to a more critical and, consequently, more politically active population.

**Keywords:** Communication for Development; Journalism; Celso Furtado; Development

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I. CELSO FURTADO E A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO .....	12
CAPÍTULO II. A COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO .....	19
CAPÍTULO III. O JORNALISMO NA PERSPECTIVA FURTADIANA DO DESENVOLVIMENTO.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	29
REFERÊNCIAS .....	30

## INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial brasileira, iniciada na década de 1930<sup>1</sup>, modificou significativamente o panorama da época através do avanço das tecnologias de informação e comunicação. Essa dinâmica provoca mudanças significativas nas diferentes esferas sociais, assim como as relações sociais, a organização dos sistemas de produção, a maneira como a informação é lida e gravada, e a forma como nos comunicamos. Isso significa que a comunicação está diretamente associada aos métodos de desenvolvimento de uma sociedade, assim como suas políticas, como pontuado por Cicilia Peruzzo (2014).

O desenvolvimento está ligado à ideia de progresso e pode ser entendido como um processo com complexidades, multiplicidades e dinamicidades, influenciado por fatores históricos, culturais, econômicos, territoriais e sociais (Souza *et al.*, 2020). Conforme Celso Furtado (2000), o conceito está relacionado a dois sentidos. O primeiro diz respeito ao avanço de um sistema de produção mediante o progresso de técnicas que visa a acumulação de capital; o segundo, por sua vez, tem a ver com o grau de satisfação das necessidades humanas, como alimentação, vestimenta e habitação.

É de grande importância propiciar a reflexão sobre o desenvolvimento social para as classes subalternas, tendo em vista as disparidades que constituem o Brasil. A comunicação na América Latina, segundo Peruzzo (2014), a partir de 1970, começou a ser pensada com teor funcional no sentido de importância, implementação e utilidade no campo científico, alinhada ao desenvolvimento em consideração a realidade de subdesenvolvimento da América Latina que também gerou criticidade em cima da questão. Portanto, é válido utilizar os aparatos de comunicação e da rede como ferramentas de auxílio na promoção do desenvolvimento, visando superar as desigualdades sociais e espaciais do modelo capitalista.

Furtado (2000) afirma que o estudo aprofundado na dinâmica de dominação e dependência de países e como isso está cristalizado nas estruturas sociais, clarifica o porquê da concentração de riquezas a favor das economias poderosas ao compasso que as minorias são marginalizadas em países dependentes. Importante ressaltar que o autor também evidenciou que nessa crítica à lógica dos mercados, como esse modelo econômico que prega o acúmulo de riqueza, origina desigualdades e causa danos ao meio ambiente.

---

<sup>1</sup> Luiz Carlos Bresser-Pereira entende que no Brasil as alianças de classes permitiram o surgimento do período industrial no país, impulsionado com o objetivo de privilegiar as indústrias nacionais durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), quase duzentos anos após a Inglaterra realizar sua revolução industrial.



Assim, torna-se necessário mediar o avanço do debate científico sobre o desenvolvimento em sua acepção global e direcionar as estruturas comunicacionais e em rede como vetores de processos que rompam com as assimetrias sociais e espaciais geradas pelo capitalismo (Souza *et al.*, 2020). Essa ideia foi constantemente discutida tanto no campo da Comunicação quanto pela Economia. Na primeira, a partir das discussões de Wilbur Schramm (1976), uma gama de teóricos apontaram que a comunicação é crucial para o desenvolvimento social, uma vez que, por meio dela, as pessoas podem participar mais ativamente das decisões que trarão impactos para si e para as comunidades, ou até manter o *status quo*, a ausência de mudança, dependendo da vontade popular (Peruzzo, 2014).

Segundo Santos e Carniello (2020), a conceituação de desenvolvimento, destacada cientificamente pós Segunda Guerra Mundial, foi essencial para o entendimento da ordem política internacional e de sua relação com a divisão internacional do trabalho no cenário capitalista. A criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, propiciou um aprofundamento nas investigações e ponderações sobre as condições que traçam o desenvolvimento econômico e social na América Latina.

Por meados de 1960, teóricos como Lerner e Schramm passaram a relacionar a comunicação com o desenvolvimento, ambos com seus pensamentos distintos, dando início aos estudos sobre a Comunicação para o Desenvolvimento. Nos estudos sobre Comunicação para o Desenvolvimento, destacam-se três abordagens principais: a difusionista, a participativa e a de bem-estar social. As evidências históricas indicam que a presença de um sistema de mídia, por si só, não assegura o desenvolvimento regional; trata-se de um componente estrutural que necessita estar aliado a outros fatores, intimamente relacionados às estruturas e processos sociais presentes (Peruzzo, 2014; Santana *et al.* 2023; Santos; Carniello, 2020).

Segundo Santos e Carniello (2020), entender o subdesenvolvimento na América Latina como consequência do seu processo econômico e política direcionou à crítica da ideia de que era possível replicar igualmente o modelo dos países hegemônicos na relação centro-periferia. A discussão impulsionada pela CEPAL, e representada no Brasil por Celso Furtado, ressalta que o subdesenvolvimento não é uma fase do desenvolvimento econômico, mas uma condição histórica estabelecida no contexto das relações internacionais de produção e organização política.

Segundo Nuzzi (2014), Celso Furtado, natural de Pombal, na Paraíba, desde cedo demonstrou o seu interesse na área que posteriormente viria a se aprofundar, como quando aos 18 anos apresentou um artigo sobre o liberalismo econômico num júri em Fortaleza. Com o

decorrer dos anos ele passou a estudar economia, política e planejamento, tornando-se um dos maiores nomes do desenvolvimentismo do Brasil.

Chegou a trabalhar como jornalista no início de sua carreira. Provavelmente essa vivência tenha contribuído com uma bagagem social e humanista, inspirado seu pensamento mais adiante. Depois da Segunda Guerra Mundial, Furtado estudou na França, fez doutorado em Economia e, posteriormente, trabalhou na CEPAL. Durante sua vida foi defensor do planejamento econômico aliado à democracia.

Para Furtado, sem controle e transparência, o planejamento poderia ter caráter opressivo. Pregava, inclusive, que o desenvolvimento era inerente à educação e a liberdade, e que um estado e uma elite com um poder excessivo seriam prejudiciais à democracia, um pensamento alinhado aos pernambucanos Paulo Freire, que se tornou destaque no âmbito da área da Educação, com sua proposta de educação para liberdade; e Luiz Beltrão, pioneiro no âmbito das Ciências da Comunicação. Santana, Escudero e Fernandes (2023) argumentam que há a confirmação do poder dos veículos de comunicação frente ao sociedade de massa, e questões como influência, dominância e responsabilidade do processo de comunicação midiático foram por muito tempo integradas a perspectiva de análise e delimitação do próprio campo de estudos.

Diante do contexto acima apresentado, levantamos o seguinte problema de pesquisa: como o Jornalismo pode ser uma ferramenta de impulso para o desenvolvimento social na obra de Celso Furtado? Assim, o objetivo geral é identificar na obra de Celso Furtado como o Jornalismo pode ser uma ferramenta de impulso para o desenvolvimento social. São objetivos específicos: 1) apresentar quem foi Celso Furtado e suas principais contribuições; 2) discutir sobre desenvolvimento social; e 3) compreender como o jornalismo pode ser uma ferramenta de desenvolvimento.

De abordagem qualitativa, inicialmente esta pesquisa do tipo exploratória vai partir da pesquisa bibliográfica sobre o tema. A pesquisa bibliográfica é feita em cima de materiais já existentes, tipo, livros e artigos científicos. Quase todos os estudos requerem algum grau de pesquisa desse modelo, existindo até pesquisas que se utilizam exclusivamente de fontes bibliográficas (Gil, 2002).

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica é a possibilidade de o pesquisador explorar uma vasta variedade de fenômenos superior ao que seria possível investigar de forma direta. Isto é, “a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 2002). Nesse sentido, será analisada uma obra (ou um

conjunto da obra) de Celso Furtado ainda não definida, para identificar se e de que forma o jornalismo pode ser associado ao desenvolvimento social.

Por fim, a escolha do tema se deu principalmente por afinidade, tendo em vista que a temática do trabalho de conclusão de curso é algo que tem acompanhado o autor desta pesquisa até a conclusão da graduação, um tema que tem força e pode contribuir com novas possibilidades de pesquisas, o pensamento de Celso Furtado que é emergente, atual e pode contribuir para entender as dinâmicas da sociedade contemporânea.

E por ser uma temática ainda não abordada que só tem a contribuir com mais pluralidade as linhas de pesquisa já consolidadas no curso. Em suma, o trabalho vai contribuir para o acervo de produções do curso, assim como ficará à disposição de todos e em especial daqueles que sintam a carência que levou a criação desse material. É um primeiro passo que visa contribuir para que essas questões ganhem maior força no âmbito do curso de Jornalismo.

Além desta introdução, o trabalho está estruturado em três capítulos. O Capítulo 1 aborda a produção intelectual de Celso Furtado, com ênfase na noção de desenvolvimento social. O Capítulo 2 discute a Comunicação para o Desenvolvimento e analisa como o jornalismo pode se relacionar com o desenvolvimentismo. O Capítulo 3, por sua vez, examina a obra de Celso Furtado *Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*, com o objetivo de identificar de que forma o jornalismo pode contribuir para o desenvolvimento social. Por fim, as considerações finais retomam os principais pontos da pesquisa e os resultados alcançados, seguidas pelas referências utilizadas no estudo.

## **CAPÍTULO I. CELSO FURTADO E A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO**

Celso Furtado foi um economista brasileiro nascido em Pombal da Paraíba em 1920, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), importante mencionar que ele concluiu o seu Doutorado em Economia na Universidade de Paris-Soborne. Foi integrante da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) que foi um local de reflexão sobre o desenvolvimento.

Depois disso, no período de seu pós-doutorado na Universidade de Cambridge escreveu *A Formação Econômica de Brasil*, que é uma obra utilizada na construção dessa pesquisa. A publicação faz uma reflexão sobre o percurso político, econômico e histórico do Brasil para explicar a sua realidade econômica. Furtado também contribuiu para a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que é uma entidade que visa desenvolver o nordeste de modo estratégico, com inclusão e sustentabilidade. A sua trajetória está atrelada ao estudo sobre o desenvolvimento e a sua vontade de tornar a realidade mais igualitária.

O economista traz anotações que datam do início de sua trajetória intelectual, elas são importantes para compreender como se deu a maturação do seu pensamento. Dentre os textos mais significativos, está “*Liberalismo Econômico*” que foi escrito durante o Estado Novo, e nele há críticas ao liberalismo econômico, e é perceptível a não concordância do autor para com regimes autoritários.

Furtado é uma figura proeminente na nossa realidade, ele conquistou notoriedade pela sua trajetória e contribuição. Para Barbosa (2023), ele preocupou-se com o bem comum e a justiça social, além de desenvolver uma abordagem inovadora diferente do que estava posto. Barbosa (2023) também ressalta que seguir os ensinamentos furtadianos significa aderir a uma perspectiva crítica e inovadora para lidar com os impasses do desenvolvimento, importar-se com a justiça social e a democracia, optando por um avanço benéfico a todos.

Sua participação na Segunda Guerra Mundial e o contato com a realidade europeia impulsionou o seu pensamento sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. O desenvolvimento é um estado, no sentido mais comumente que lhe é atribuído nessa realidade capitalista e acumulativa, de avanço tecnológico, mais comumente. Mas isso não significa dizer que esse avanço é universal com relação a ser capaz de atender a todos de forma equitativa. Por exemplo, no Brasil e na América Latina há uma séria questão de desigualdade.

Essa ótica de desenvolvimento prega a ideia de que o subdesenvolvimento é uma etapa para se alcançar o desenvolvimento, no entanto, esse pensamento é contraditório, levando em consideração que essa dinâmica só favorece os países desenvolvidos e não os subdesenvolvidos. No entanto, há uma segunda noção de desenvolvimento, aquela que, para além da eficácia da produção e da exploração da mão de obra, que é o que aconteceu no primeiro modelo, essa noção é oriunda do desmantelo ocasionado pela Segunda Guerra Mundial, em que parte do mundo vivia em condições insalubres, com grande taxa de mortalidade e analfabetismo. Desse contexto, se originaram reflexões sobre a questão do bem-estar social, que abre um contraponto ao primeiro modelo, pois esse segundo trata o sujeito humano considerando as suas necessidades básicas (Furtado, 2000).

Ainda sobre o desenvolvimento, o conceito de progresso é inerente à capacitação do ser humano para que ele explore todas as suas potencialidades. Não necessariamente chega-se ao progresso, seguindo uma lógica histórica, mas ele está presente no horizonte das possibilidades do indivíduo. As grandes sociedades capitalistas tiveram o seu progresso atrelado aos ideais do Liberalismo, a Expansão Comercial e por meio da especialização, que consiste em produzir bens ou produtos específicos invés de produzir tudo, para assim trocar com produtos de outros países.

Essa estrutura contribui para a divisão social do trabalho, que interfere nas relações econômicas e sociais, tal como levanta questionamentos sobre desigualdades. Em tese, isso seria benéfico a todos envolvidos, haveria uma melhor utilização dos recursos produtivos e todos os países participantes teriam acesso ao fruto da produtividade, o que não é bem assim na prática. (Furtado, 2000). No entanto, para Milton Santos (2019), o grande ápice da internacionalização do Capitalismo foi a chegada da Globalização, que permitiu acelerar a circulação de informações e fluxos financeiros.

Celso Furtado nos instiga a analisar a realidade de uma forma crítica. Ele estimula a interpretação dos processos que ocorreram no passado do nosso país e suas afetações no futuro. Incentiva também que busquemos encontrar soluções para os problemas do desenvolvimento enfrentados no nosso país de forma a atenuar as desigualdades existentes.

Sua análise diz respeito aos problemas de desenvolvimento nacional, focando na problemática da acumulação dos ricos. Segundo o economista, o desenvolvimento deve ser qualitativo e não somente quantitativo, e não deve beneficiar apenas as forças produtivas, mas melhorar significativamente o padrão de vida da sociedade. A compreensão dessa dimensão ética é imprescindível para entender suas reflexões sobre as problemáticas econômicas. O progresso econômico, social e ético são cruciais para um desenvolvimento positivo.

Seu enfoque examina os problemas do desenvolvimento nacional pela ótica da acumulação. Trata-se de estabelecer as bases técnicas e econômicas que devem presidir a incorporação do progresso para que o avanço das forças produtivas e a modernização dos padrões de consumo possam ter um conteúdo civilizatório, aumentando a riqueza das nações e o bem-estar do conjunto da população. Sem uma clara consciência dessa dimensão ética de sua reflexão, é impossível compreender a profundidade e as implicações de sua reflexão sobre os problemas da economia (Furtado, 2005, p. 5).

Celso Furtado desenvolveu uma abordagem teórica própria e uma metodologia de análise histórica, ele trouxe diferentes conceitos de distintos estudiosos da Economia e da Sociologia para compreender o desenvolvimento econômico e industrial dos países. Ele estudou a lógica econômica por trás do processo industrial que, segundo ele, é a espinha dorsal dos sistemas econômicos nacionais, sendo assim, essencial para a economia e inerente ao desenvolvimento, que deve ser igualitário a todos.

Partindo de uma construção teórica e de uma metodologia de análise histórica *sui generis*, que combina a noção de excedente social da economia política clássica, a teoria das decisões de Weber e Mannheim, o enfoque estruturalista da relação centro-periferia de Prebisch, a teoria da demanda efetiva de Keynes, as lições sobre os círculos viciosos do subdesenvolvimento de Myrdal, Perroux e outros desenvolvimentistas, o objetivo primordial do trabalho de Furtado é desvendar a racionalidade econômica que orienta o processo de industrialização - a espinha dorsal dos sistemas econômicos nacionais (Furtado, 2005, p. 5).

Deste modo, na perspectiva brasileira e latino-americana, Celso Furtado focou nos impasses a que as economias latino-americanas estão sujeitas no processo de desenvolvimento, especialmente em relação aos países desenvolvidos. Sua análise histórica fundamenta suas observações, atribuindo uma concepção de subdesenvolvimento ao período colonial e suas reverberações até a contemporaneidade. Furtado (2005) destacou que, em muitos países latino-americanos, como o Brasil, a elite local sofre de uma histórica "síndrome de vira-lata", que se reflete na imitação do estilo de vida e do consumo europeu.

Sobre isso, Peruzzo (2014) aponta que os modos de comunicação repercutem os modelos de desenvolvimento das forças dominantes, sendo assim as políticas de comunicação, mesmo que discretamente, estão alinhadas a esses modelos da dominância que perpetuam o detrimento das classes sociais desassistidas.

No Brasil, o legado dos processos de colonização e exploração influenciou a cultura de trabalho escravocrata, visível até a atualidade em práticas como a jornada de trabalho 6 por 1, a qual muitos trabalhadores ainda enfrentam. Esse cenário dificulta o debate sobre

desigualdades internacionais, pois, muitas vezes, não há mobilização para resolver problemas estruturais que estão à nossa porta, no cotidiano imediato. Como, então, seria possível questionar a desigualdade global se não conseguimos nem mesmo lidar com as questões locais, que são igualmente urgentes?

Assim como as economias latino-americanas estão subordinadas às economias desenvolvidas, as classes mais pobres no Brasil – abaixo da elite – são as que mais sofrem com essa estrutura desigual, que pode ser vista como uma dinâmica de opressor e oprimido, como já observado por Paulo Freire (2018).

A dependência do Brasil e de outros países latino-americanos em relação aos países desenvolvidos sustenta essa desigualdade global, mas também é alimentada por uma exploração interna, que persiste dentro do próprio país. A comunicação, portanto, precisa ser entendida não apenas como uma ferramenta para refletir as realidades sociais, mas também como um instrumento potencial para promover a conscientização e a mobilização necessárias para enfrentar tanto as desigualdades internas quanto as externas.

Em concordância com Furtado (2000), a corrente de desenvolvimento se refere a uma transformação, que é manifestada na eficácia na produção de bens e serviços finais a disposição do coletivo. segundo o mesmo, essa corrente desenvolvimentista articula-se num viés de eficiência e noutra, de riqueza, numa ótica mais racional de comportamento correspondente a satisfação das necessidades humanas.

Com relação ao excedente, resultado da produção, o mesmo também pontua que o que realmente importa, é a sua destinação final dos recursos, a qual não está orientada à satisfação final das necessidades básicas. Ele também afirma que, numa visão primária, a aplicação desses excedentes na sociedade moderna se dá por três viés. o primeiro se configura na reprodução das desigualdades sociais, o segundo, corresponde ao desenvolvimento das forças produtivas, independentemente dos fins a que elas se dedicam, o terceiro, que sempre se articula com a estabilidade e a legitimação dos sistemas de dominância social.

Na teoria do desenvolvimento do já citado anteriormente, leva-se em consideração fatores socioculturais e políticos, além de optar por escolher o Estado Nacional como objeto principal de sua teoria sobre o desenvolvimento econômico (Furtado, 2005). Isto é, o Estado Nacional é o responsável por gerir o desenvolvimento, inclusive, é importante mencionar que o desenvolvimento nem sempre teve como base o avanço social. Conforme o autor, desenvolvimento social é uma premissa para que haja avanço. No Brasil, as desigualdades são características fortemente enraizadas na sociedade, ou seja, esse histórico de exclusão reflete-

se na estrutura social e econômica do país, em que as desigualdades permanecem como um legado histórico, difícil de superar.

Para Marques de Melo (2012), a comunicação é uma ferramenta que, quando aplicada de forma construtiva, desempenha um importante papel social e prático. "A comunicação só tem sentido quando serve para construir alguma coisa. Então, o jornalismo é fundamental para compreender o que acontece no mundo contemporâneo e o que ocorre ao redor do ser humano, na comunidade e na sociedade".

Neste contexto, a comunicação, e mais especificamente o jornalismo, pode desempenhar um papel transformador. Quando utilizada para questionar a realidade social, a comunicação tem o poder de mudar a mentalidade da população, tornando-a mais crítica em relação ao seu próprio contexto e, conseqüentemente, mais atuante na busca por soluções. No entanto, para que a comunicação seja eficaz na mobilização social, é essencial que as pessoas saibam como utilizar as ferramentas de comunicação disponíveis para fazer suas vozes serem ouvidas e, assim, engajar-se ativamente na transformação social (Marques de Melo, 1975; 2003, 2012).

Os veículos de comunicação brasileiros, entretanto, estão profundamente imersos numa lógica capitalista, com grande influência do modelo norte-americano. Isso contribui para um cenário midiático em que a busca por lucro frequentemente se sobrepõe a questões de desenvolvimento social. Neste ambiente, é difícil que veículos tradicionais abordem pautas que revelem problemas locais, especialmente se esses problemas envolvem figuras políticas ou interesses diretamente ligados aos próprios veículos de comunicação. A estrutura midiática brasileira, portanto, acaba funcionando de maneira a reforçar, ao invés de questionar, as dinâmicas de poder que perpetuam as desigualdades sociais.

Furtado (2000; 2005) considerou essencial levar em conta o contexto socioeconômico e histórico específico de cada nação, argumentando que não faz sentido comparar o desenvolvimento de países com realidades tão distintas. Essas injustiças históricas continuam a desumanizar as classes não dominantes, tratando-as como mera força de trabalho, negligenciando seu bem-estar físico e mental e reduzindo sua existência a uma luta constante pela sobrevivência. Embora tenha havido avanços em relação à Idade Média, a mobilidade social e uma melhor qualidade de vida ainda são realidades distantes para grande parte da população marginalizada.

Sempre fiel à tradição do desenvolvimento latino, além de ser um dos maiores nomes, Celso Furtado buscou encontrar soluções que pudessem orientar o capitalismo de maneira a beneficiar a coletividade, não somente a um grupo restrito, promovendo assim, o desenvolvimento equitativo.



Certo de que os problemas econômicos não podem ser separados dos condicionantes socioculturais e políticos que sobredeterminam o alcance da concorrência como mola propulsora do processo de incorporação de progresso técnico, Furtado rejeita o enfoque cosmopolita dos problemas econômicos e âncora no Estado nacional a unidade de referência de sua teoria do desenvolvimento econômico (Furtado, 2005, p. 4).

Diante dessa perspectiva, observamos que as condições históricas necessárias para o desenvolvimento econômico não existem nas economias periféricas. Ou seja, essas economias estão postas na margem se comparadas aos centros econômicos desenvolvidos, o que propicia as desigualdades sociais, barreiras à inovação e difusão do progresso técnico e consequentemente a dificuldade de avanço, uma perspectiva relacionada a proposta da teoria centro-periferia do economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986). Essa situação é moldada pela falta de condições histórico-estruturais favoráveis ao desenvolvimento autônomo.

A teoria furtadiana do subdesenvolvimento é também uma crítica a forma como o progresso técnico é incorporado nas economias marginalizadas, o que contribui para a manutenção desse cenário de dependência externa e a desigualdade social interna. “O intercâmbio internacional conduz, segundo essa doutrina, a uma melhor utilização dos recursos produtivos em cada país e põe em marcha um processo graças ao qual todos os países dele participantes têm acesso aos frutos dos aumentos de produtividade que ele mesmo gera. Um dos corolários dessa doutrina era que as economias da Europa, ao forçarem outros povos a integrar-se em suas linhas de comércio, cumpriam uma missão civilizadora, contribuindo para libertá-los do peso de tradições obscurantistas”.

Isto é, enquanto a sociedade possuir como referência uma lógica em que o ser humano tem que ser cada vez mais produtivo e eficiente, maiores são as alterações no âmbito social, como exemplo: uma realidade onde os seres humanos passam por um processo de desumanidade no sentido de passarem a serem tratados como máquinas com carência do fator humano.

Furtado deixou claro sua perspectiva de que a oposição entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento nacional simboliza uma ameaça para a sociedade brasileira ter controle sobre o seu próprio destino histórico. É explicitado que o subdesenvolvimento é um obstáculo ao progresso econômico e social do país, podendo levar a crises sociais. Ao mesmo tempo, ele aponta a dualidade do subdesenvolvimento, que pode perpetuar condições históricas negativas assim como pode originar novas formas de desenvolvimento.

Pontuou, inclusive, que enquanto o subdesenvolvimento não se tornar incompatível com a consolidação de centros internos de decisão e com o avanço da industrialização, ainda há

chances de haver conciliação entre a modernização econômica e a construção de um sistema econômico nacional, desde que existiam políticas propícias para o fortalecimento interno e a autonomia econômica do país.

Por fim, a obra de Celso Furtado, aliada à Comunicação para o Desenvolvimento, esta pesquisa entende que permite pensar a transformação social por meio da comunicação e da informação. É papel do jornalismo transmitir esse conhecimento de modo a capacitar as pessoas para que elas possam analisar e questionar a realidade, tal como também possam se apropriar dos meios possíveis para ecoar as suas vozes e, conseqüentemente, se mobilizarem em prol da transformação e do desenvolvimento social. Celso Furtado, com sua visão política e humanitária tem muito a contribuir para o jornalismo, principalmente no contexto brasileiro, diante das desigualdades e das controvérsias ideológicas.

A teoria de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento também critica como a dependência entre países mantém desigualdades e atrapalha mudanças econômicas e sociais. Isso continua atual, já que a globalização e a tecnologia não resolveram esses problemas e, em muitos casos, criaram novas formas de exclusão. O jornalismo pode tanto reforçar esses modelos injustos quanto ser uma prática que questiona privilégios e mostra contradições. A Comunicação para o Desenvolvimento, nesse contexto, configura-se como um instrumento estratégico para promover o desenvolvimento social, tendo como horizonte o fortalecimento do exercício da cidadania.

## CAPÍTULO II. A COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

José Marques de Melo, o primeiro brasileiro doutor em jornalismo, é uma referência na pesquisa em comunicação no Brasil. Seu esforço em tornar a área mais específica e consolidá-la como um campo autônomo foi fundamental para o desenvolvimento do campo da comunicação no país. O autor reconhecia a interdisciplinaridade da comunicação, observando que ela incorpora contribuições de diversas áreas, o que, segundo ele, dificulta sua delimitação epistemológica: "Comunicação não é uma área autônoma de pesquisa. Como todas as ciências aplicadas, ela incorpora contribuições que vêm das demais ciências, das exatas e das humanas" (Marques de Melo, 2012).

O autor também distinguia duas o campo da comunicação em duas vertentes: "A comunicação interpessoal, que vem da retórica, da psicologia, do comportamento, da educação; e a comunicação de massa, que tem uma tradição basicamente jornalística, depois se amplia para a publicidade e as relações públicas" (Marques de Melo, 2012). Essa análise revela que a comunicação não é apenas constituída por distintas áreas do conhecimento, mas também pode ser aplicada de diferentes formas na prática e na teoria, dando conta de vários campos e perspectivas (Marques de Melo, 1975; 2003).

Esse panorama da importância da comunicação enquanto uma ferramenta que, quando aplicada de forma construtiva, desempenha um importante papel social e prático ampliou os estudos do que mais tarde se chamou de Comunicação para o Desenvolvimento. Baseado na possibilidade de alcançar uma transformação social por meio das diversas modalidades de comunicação, o termo foi cunhado na perspectiva latino-americana de, para além de compreender as relações sociais, compreender também, aspectos sociopolíticos e socioeconômicos.

No Brasil, especificamente, a reflexão acerca de uma comunicação pensada para o desenvolvimento social esteve relacionada a implantação proposta por José Marques de Melo na Universidade Metodista de São Paulo, que, por conta do período de Ditadura Militar, seguia uma lógica contrária ao que era desenvolvido em outros estudos das escolas de Comunicação no país. Esse cenário foi propício a esse seguimento, uma vez que o período do regime incentivou à crítica à ditadura no âmbito científico (Marques de Melo, 2012).

Conforme Santana, Escudero e Fernandes (2023), a Comunicação para o Desenvolvimento surgiu em 1960, como alternativa de articular táticas de engajamento em grupos dissociados da educação, política e economia. Entendendo que os meios andam, lado aos processos de mudanças sociais, principalmente quando esses se tornam a estrutura dos

projetos desenvolvidos em países subdesenvolvidos. É uma maneira de propor participação, tendo em vista que parte considerável dessas sociedades não detinham capacitação para suprir uma demanda tecnológica global.

Conforme Servaes (2004), os estudos sobre Comunicação para o Desenvolvimento, destacam-se três abordagens principais: a difusionista, a participativa e a de bem-estar social. Historicamente, as evidências indicam que a presença de um sistema de mídia, por si só, não assegura o desenvolvimento regional. Entretanto, pode ser um componente estrutural que tem que estar aliado a outros fatores, intimamente relacionados às estruturas e processos sociais presentes (Santana *et al.* 2023). Essa reflexão denota que a comunicação anda lado a lado aos processos de mudanças sociais, e ambas perspectivas podem ocupar um espaço significativo nas políticas de desenvolvimento, tanto do modelo difusionista quanto do participativo.

Marques de Melo (2012) compreende, então, que o processo de comunicação “só tem sentido quando serve para construir alguma coisa. Então jornalismo é fundamental para compreender o que acontece no mundo contemporâneo e o que ocorre ao redor do ser humano, na comunidade e na sociedade”.

O Jornalismo é a comunicação informativa, e uma informação para ser considerada notícia, deve ser embasada e verídica. Segundo Lage (2001), quando proferimos “a verdade”, estamos transformando uma qualidade numa coisa. É como se a verdade se tornasse um objeto palpável, no entanto ela é uma abstração. Ela pode existir de duas maneiras, como qualidade objetiva, algo real como uma água que ferve a 100° sem ninguém ver e também como sensação subjetiva, como quando nos deparamos com uma revelação.

O mesmo também fala de como as pessoas podem criar necessidades por verdades, empresas, religiões e propagandas podem estimular a busca por certezas para ofertarem respostas ou produtos em troca. O autor aponta que quando perguntamos a uma cultura o que é verídico, teremos respostas como “O Sol nasce todos os dias” (fato) e o que devemos respeitar os mais velhos” (Norma ou valor) (Lage, 2001).

Neste contexto, a comunicação, e mais especificamente o jornalismo, pode desempenhar um papel transformador. Quando utilizada para questionar a realidade social, a comunicação tem o poder de mudar a mentalidade da população, tornando-a mais crítica em relação ao seu próprio contexto e, conseqüentemente, mais atuante na busca por soluções. No entanto, para que a comunicação seja eficaz na mobilização social, é essencial que as pessoas saibam como utilizar as ferramentas de comunicação disponíveis para fazer suas vozes serem ouvidas e, assim, engajar-se ativamente na transformação social.

Mais tarde, em consideração a institucionalização dos meios de comunicação, observou-se que a sociedade se firma nos aparatos e ideologias existentes nos processos comunicacionais. Desse modo, quando, de alguma forma, há algum tipo de alteração nesses recursos e fluxos, é gerado afetações na organização social. (Peruzzo, 2014; Souza *et al.*, 2020).

Os veículos de comunicação brasileiros, nesse sentido, estão profundamente imersos numa lógica capitalista, com grande influência do modelo norte-americano. Isso contribui para um cenário midiático em que a busca por lucro frequentemente se sobrepõe a questões de desenvolvimento social. Nesse ambiente, é difícil que veículos tradicionais abordem pautas que revelem problemas locais, especialmente se esses problemas envolvem figuras políticas ou interesses diretamente ligados aos próprios veículos de comunicação. A estrutura midiática brasileira, portanto, acaba funcionando de maneira a reforçar, ao invés de questionar, as dinâmicas de poder que perpetuam as desigualdades sociais (Peruzzo, 2014).

Por isso, no âmbito da Comunicação para o Desenvolvimento, como destaca Peruzzo (2014), a comunicação é compreendida como um processo, e não apenas como um produto, como comumente é pensada na lógica dos meios de comunicação. Neste sentido, o processo é pensado para reconhecer o valor da participação e da construção coletiva de sentidos. Quando reduzida à condição de mercadoria, a comunicação perde sua potência transformadora, pois passa a servir mais aos interesses comerciais do que ao bem-estar social. Em contrapartida, a Comunicação para o Desenvolvimento propõe que a informação seja um instrumento para melhorar a vida das pessoas, abrindo espaço para que vozes diversas se expressem e sejam verdadeiramente ouvidas.

Para tanto, a problemática do monopólio das grandes empresas de comunicação nacionais, aliado a um caráter mercadológico presente na base da comunicação brasileira, favorece o estabelecimento dos veículos de comunicação em zonas que vão dar retorno financeiro. Isso corrobora para um acesso desigual à informação que acentua ainda mais as desigualdades econômicas e contribui para uma atuação jornalística desviada dos princípios da profissão, deixando algumas regiões desinformadas e num deserto de notícias. (Souza *et al.*, 2020).

O desafio na atualidade ainda é o mesmo. É de encargo do poder público, assim como organizações civis, se mobilizar em prol da democratização dos meios de comunicação, principalmente agora, com o aparato do acesso ao virtual, essa comunicação que ultrapassa barreiras físicas. Cabe ao poder público, mas também a organizações civis e partidárias atuar no sentido de democratizar o acesso aos meios de comunicação, especialmente em um momento de facilitação do acesso a comunicação digital (Souza *et al.*, 2020).

No âmbito do virtual, há um aumento simbólico do fluxo de informações que percorrem e funcionam na rede. Por mais que ainda existam controvérsias a respeito da regulamentação da mídia no Brasil, principalmente no que diz respeito às concessões públicas aos grandes conglomerados de comunicação há algo a ser celebrado, A Lei Acesso à Informação (2014), sendo de grande valia como suporte para a sociedade reivindicar o seu direito a se manter informada, pré-requisito para o seu desenvolvimento (Souza *et al*, 2020).

Portanto, faz-se importante mencionar que os estudos em Comunicação para o Desenvolvimento não reconhecem o jornalismo hegemônico, pois compreendem que o processo comunicacional deve ser orientado pela participação ativa e pela amplificação das vozes de grupos historicamente marginalizados. Essa perspectiva propõe uma dinâmica comunicacional pautada na descentralização dos meios, valorizando a cultura e a identidade dentro da lógica dos processos de aprendizagem coletiva.

### **CAPÍTULO III. O JORNALISMO NA PERSPECTIVA FURTADIANA DO DESENVOLVIMENTO**

Esse capítulo tem por objetivo, analisar como as ideias contidas na obra de Celso Furtado se alinham com o jornalismo e a comunicação para o desenvolvimento. A obra escolhida é *Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*, publicado originalmente em 1980, mas posteriormente publicado em três edições, a última no ano 2000. A escolha se deu devido à discussão introdutória a respeito do desenvolvimento, uma vez que a obra possui uma apresentação básica a respeito de como se estruturam as sociedades capitalistas. Uma das ideias centrais da obra é de que o subdesenvolvimento não deve ser entendido como um processo anterior ao desenvolvimento, mas como uma realidade historicamente construída e reproduzida pela lógica capitalista internacional.

Para a análise bibliográfica, além da leitura completa da obra, foram destacados aspectos e conceitos básicos que se aproximam da comunicação e do jornalismo como mecanismo que está atrelado ao desenvolvimentismo e ao seu potencial de mudança e transformação. Foi dado enfoque a trechos de maior interesse e relevância e que particularmente dialogam com o que é proposto.

Já discutimos nos capítulos anteriores que o jornalismo desempenha um papel fundamental na construção das narrativas que contribuem para a lógica do progresso econômico, infraestrutura e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento. Ele pode tanto reforçar discursos oficiais quanto servir como ferramenta crítica para analisar os impactos sociais e econômicos dessas iniciativas.

Historicamente, o desenvolvimentismo esteve associado à ideia de crescimento econômico como motor para a melhoria das condições de vida da população. O jornalismo, nesse contexto, muitas vezes funcionou como um veículo para promover grandes projetos de modernização, como industrialização, expansão de rodovias e programas governamentais. Por outro lado, ele também pode assumir um papel questionador, evidenciando desigualdades regionais, impactos ambientais e exclusões sociais que podem surgir dessas políticas. Nessa ótica, é vital entender o jornalismo não somente como um reflexo das políticas de desenvolvimento, mas como agente na disputa simbólica por vieses e prioridades sociais, capaz de influenciar decisões públicas e moldar o imaginário coletivo do que significa “progredir”.

Neste sentido, o trabalho de Celso Furtado prega um desenvolvimento que alcance e beneficie de forma igualitária todas as camadas sociais, que perceba o desenvolvimento para

além do aumento dos números, como o PIB, visando o combate às desigualdades, a valorização da realidade brasileira e a redução da dependência do país quanto ao exterior.

A obra *Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural* é dividida em doze pequenos capítulos, nos quais se discute o desenvolvimentismo em uma ordem cronológica, desde as principais questões que envolvem a noção do desenvolvimento, a sua penetração das sociedades e suas consequências.

Inicialmente, Furtado discute sobre o investimento em capacitação dos indivíduos para que possam exercer suas potencialidades de maneira funcional “Tudo se resume em dotar a sociedade de instituições que possibilitem ao indivíduo realizar plenamente suas potencialidades” (Furtado, 2000, p. 10).<sup>2</sup> Essa noção de realização das potencialidades pode ser relacionada ao papel do jornalismo enquanto parte de uma instituição, a mídia. De acordo com a teoria funcionalista da comunicação, a mídia tem o papel de informar, educar e integrar a sociedade. Ao cumprir esses princípios, o jornalismo contribui para cidadãos mais conscientes e críticos quanto a sua realidade, aumentando, assim, a sua participação ativa na esfera social e política.

Assim, o Jornalismo, quando vinculado a princípios éticos e plurais, voltados ao interesse do público, como no caso da comunicação para o desenvolvimento, que pode garantir o acesso à informação às pessoas e isso já influencia em escolhas mais conscientes. Também pode agir com um viés fiscal do poder público e privado garantindo mais justiça tal como dar voz aos marginalizados, possibilitando que suas perspectivas tenham lugar e conseqüentemente haja mudança quanto a questão de segregação de grupos marginalizados.

Nesse sentido, cabe diferenciar que a Comunicação para o Desenvolvimento seguiu três perspectivas: a difusionista, a participativa e a de bem-estar social. De acordo com Servaes (2004), o difusionista prega que a mídia de massa como rádio e televisão devem ser usados para difundir ideais e comportamentos modernos, ajudando a “modernizar” sociedades tidas como atrasadas. Já o participativo, contrapõe a visão anterior e afirma que as pessoas precisam participar ativamente das mudanças. O primeiro, no entanto, segue ditames deterministas, como se o público, ao receber as informações, modifique seu comportamento sem questionamento.

Para o autor, a mera incorporação tecnológica não abrange todo o processo técnico, e sim, além disto, transformações que atinjam o social. Segundo o mesmo: “Chamamos de

---

<sup>2</sup> A fim de evitar repetições, as citações serão apresentadas apenas com o número da página, já que se tratam de uma mesma obra, devidamente referenciada no início deste capítulo e na lista de referências finais deste trabalho.



progresso técnico ao conjunto de fatores que modificam esse quadro básico. Trata-se, evidentemente, de modificações que dizem respeito ao conjunto do sistema, que concernem à sua morfogênese.” (p. 15). Que de forma direta, afirma que o progresso técnico é inerente às mudanças sociais que é o que o mantém tal como o perpetua. Na perspectiva da Comunicação para o desenvolvimento, Schramm (1976) apontou a perspectiva da reciprocidade, que quer dizer se os meios de comunicação transformam seu aparato técnico, eles se tornam capazes de oferecer melhores condições para alcançar os públicos. Em contrapartida, o público responde por meio do interesse pela vida política. Nesse contexto, os indivíduos passam a compreender diversos aspectos das relações sociais, como educação, política, indústria e urbanização, e se desenvolvem junto com os meios de comunicação.

O autor reforça e entende que: “Por trás do que chamamos de progresso técnico enfileiram-se complexas modificações sociais, cuja lógica devemos tentar compreender como passo preliminar em todo estudo do desenvolvimento”. Essa transformação que por vezes tem como sua força motriz, o padrão da dinâmica do capital, cuja corroboração para a manutenção do status quo relacionado a manutenção das regalias e favorecimento das classes historicamente favorecidas “apoia-se na inovação técnica” (p. 15) Nesse cenário, o jornalismo tem a capacidade de perpetuar a estrutura vigente assim como ocasionar transformações num viés de ruptura com padrões desiguais. O jornalismo ao possibilitar acesso a notícias eficientes, colocando-se de forma crítica diante dos poderes instituídos e ecoando a voz da população, principalmente a da parcela mais esquecida. Esse fazer jornalístico baseado em princípios contribui para uma sociedade menos desigual.

A percepção furtadiana é fortemente influenciada pelo contexto histórico e político do pós - Segunda Guerra Mundial. Ele observa que: “Mais do que um tema acadêmico, essa reflexão foi alimentada pelo debate político nascido das grandes transformações produzidas pela Segunda Guerra Mundial, tais como o desmantelamento das estruturas coloniais e a emergência de novas formas de hegemonia internacional fundadas no controle da tecnologia e da informação e na manipulação ideológica” (p. 25) .

Um dos princípios da discussão da Comunicação para o desenvolvimento esteve relacionado com a invasão cultural norte-americana, através dos meios de comunicação, que difundiram um modelo de vida capitalista. Segundo Peruzzo (2014), nesse período, os Estados Unidos começaram a influenciar fortemente os países da América Latina, inclusive no jornalismo. Essa influência contribuiu para a consolidação da Indústria Cultural no Brasil, com a mídia reproduzindo padrões estrangeiros e reforçando uma lógica de modernização ligada ao consumo.

Se torna perceptível, que para além de interferir nos sistemas sociais, as inovações técnicas e comunicacionais se tornaram instrumentos de poder geopolítico, e meios de dominação ideológica. Portanto, a centralidade e a manipulação consolidam a informação como uma dimensão estratégica do desenvolvimento. Nesse ponto, o jornalismo pode atuar como mediador, ao oferecer acesso a informações plurais, combater a desinformação e propiciar o senso crítico dos indivíduos, e isso é um contraponto à manipulação ideológica e ao monopólio do saber. Elas, são portanto como modelos democráticos contra as formas de hegemonia baseadas nas tecnologias de informação, reforçando o compromisso com o desenvolvimento voltado para a emancipação humana e na justiça social.

Na reflexão de Celso Furtado, o desenvolvimento não deve ser definido apenas como lógica da eficiência ou da acumulação material. Para ele: “Os dois eixos em que se desdobra o processo acumulativo se subordinam, um, à racionalidade instrumental, aos critérios de eficiência, e o outro, à racionalidade substantiva, aos fins que se propõe o homem individual e/ou coletivamente” (p. 52). Essa diferença é importante para entender que todo processo de desenvolvimento leva uma dimensão ética e política, portanto, direcionado por valores socialmente desejáveis. Quando o autor questiona: “Por que acumular em monumentos e não em residências, em quartéis e não em escolas, em automóveis individuais e não em transporte coletivo?” (p. 51). Ele mostra que o uso dos recursos e a orientação do progresso escancara prioridades de poder, interesses de classe e visões de mundo. É nesse ponto que o jornalismo, numa perspectiva de comunicação para o desenvolvimento, se torna necessário ao promover debates, questionar decisões políticas e dar visibilidade a pautas sociais.

Na perspectiva furtadiana, a disputa, a luta pelo excedente é indissociável da luta pelo poder e pela dominância social. Furtado diz que: “A luta pela apropriação do excedente é, em sua origem, um esforço de implantação de certo sistema de dominação social e, em seguida, um empenho para preservar o controle das instituições que asseguram a estabilidade da estrutura social, particularmente o Estado, a Igreja, os partidos políticos, os *mass media*” (p. 60). Essa afirmação coloca os veículos de comunicação no centro da disputa política econômica e não como sendo apenas simples transmissores de informação, mas como agentes capazes de preservar ou alterar estruturas sociais.

O jornalismo tem modificado as estruturas, no entanto, essas modificações estão relacionadas à dominância e ao poder, já que os donos das mídias estão alinhados à lógica econômica e à valorização do capital, que está alinhada à ideia do desenvolvimento puramente econômico.

Como Furtado observa: “A sociedade capitalista moderna está modelada pela interação de complexas forças sociais que, por um lado, pressionam no sentido de reproduzir a estratificação social e, por outro, no de banalizar padrões de consumo antes reservados a minorias privilegiadas” (p. 67). A análise revela como a difusão de consumo é aparente apesar da massificação, pois são as forças que controlam o excedente e as instituições de poder que definem padrões e promovem uma lógica de desperdício e alienação. Nesse caso o jornalismo pode vir como uma força contra-hegemônica, trazendo a problematização em cima desses discursos que associam desenvolvimento a consumo irrestrito. No entanto, no cenário atual, onde os veículos midiáticos sobrevivem de patrocínios, adotar um viés mais crítico se torna difícil, e em vez de questionar, acabam repetindo a lógica dominante.

Furtado afirma que: “Por definição, toda vez que se apresentem assimetrias nas relações entre os membros de uma sociedade cabe imaginar que está subjacente um processo de apropriação autoritária de excedente”. Ele afirma, que nas sociedades modernas, esse processo não está restrito apenas a apropriação material, passa pelo controle da informação e do acesso ao saber, dos meios simbólicos de poder. Aqui o jornalismo pode vir a ser de suma utilidade social, como agente democratizador do acesso à informação, podendo romper com assimetrias estruturais do conhecimento. No entanto, historicamente os meios de comunicação demonstraram um perfeito alinhamento às condições econômicas e sociais baseadas nos princípios do desenvolvimento capitalista.

Celso Furtado adverte que o modelo de Estado Nação moderno, entre duas coisas a: “uniformização de culturas, de imposição de uma língua geral, enfim de transformação de populações heterogêneas em massas consumidoras com necessidades padronizadas” (p. 70). Tratasse de uma crítica a homogeneidade ocasionada pelos mecanismos de poder, que inclusive, os veículos de comunicação estão contidos dentro, que esvaziam as especificidades culturais em nome de uma lógica de mercado. Isso reforça a necessidade de uma comunicação voltada para a pluralidade, a autonomia dos povos e a participação cidadã. Furtado também conclui: “A segurança individual somente poderá ser recuperada mediante um grande esforço de organização das massas trabalhadoras e do acesso destas às estruturas de poder” (p. 72). Nesse ponto o Jornalismo e a comunicação para o desenvolvimento podem agir contra a padronização imposta através da valorização da pluralidade cultural.

Sucintamente, o livro *Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*, de Celso Furtado, corrobora para o entendimento de que o desenvolvimento vai além do crescimento econômico. Ele mostra que é preciso considerar a justiça social, a cultura e a redução das desigualdades. Isso se alinha com o papel do jornalismo, que pode ser uma

ferramenta útil nesse processo de informar com eficiência, dar voz aos marginalizados e questionar o poder. O livro mostra que a comunicação, quando usada de forma alinhada a princípios éticos e plurais, pode ser uma ferramenta importante para a transformação social e um desenvolvimento mais equitativo.

Embora as ideias apresentadas por Furtado (2000) sejam fundamentais, colocá-las em prática nem sempre é simples. Frequentemente, os meios de comunicação estão sob controle de grupos que têm interesse na manutenção do *status quo*. Assim, apesar do potencial transformador do jornalismo, ele muitas vezes é instrumentalizado para reproduzir narrativas que favorecem os setores mais ricos e influentes da sociedade. Além disso, quando a mídia busca adotar uma postura crítica, enfrenta sérios desafios financeiros, já que sua sustentabilidade costuma depender de patrocínios que não apoiam conteúdos que possam ameaçar seus próprios interesses. Por isso, é essencial compreender que afirmar que o jornalismo pode contribuir para mudanças sociais não garante, por si só, que ele cumprirá esse papel, pois há uma série de interesses estruturais que frequentemente limitam sua atuação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das considerações furtadianas, é possível concluir que o desenvolvimento precisa ser entendido como um processo, que envolve mais que puramente questões econômicas e técnicas como é mais comumente difundido. Mas que também pode vir a tratar para além disso, de questões sociais significativas, num sentido de contribuir para a diminuição das disparidades e o fortalecimento das pluralidades contidas nas estratificações da sociedade.

Nesse sentido, o jornalismo e a comunicação para o desenvolvimento se mostram como ferramentas cruciais no suporte dessas transformações sociais, pois podem informar, formar opinião crítica, dar voz a diversos pontos de vista historicamente marginalizados. Mesmo que em tese, isso pareça demasiado utópico e mobilizações por parte da população oriundas de uma atitude mais social das estruturas midiáticas, pareça algo distante levando em consideração a lógica do mercado a qual os veículos estão submetidos. O que significa dizer que a mídia é refém dos interesses daqueles que mantêm os meios de comunicação que desde o princípio seguem uma lógica onde os patrocínios influenciam diretamente na programação.

Mesmo assim, a obra analisa traz contribuições relevantes para pensar no jornalismo como um agente capaz de contrapor os diversos padrões excludentes, estimulando a pluralidade, a participação popular ativa e a capacidade de ser uma força transformadora social, alinhada a um modelo de desenvolvimento mais justo e inclusivo. Isto é, o jornalismo pode ser uma ferramenta de mudança, uma vez que o controle da informação é uma forma de exercer dominância. Quando há acessos a informações de qualidade por parte da população, certamente haverá uma mobilização mais articulada e embasada no sentido da população se tornar mais crítica e, conseqüentemente, mais atuante politicamente.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Alexandre de Freitas. Celso Furtado, intérprete do Brasil. *In: Celso Furtado: o homem e o pensador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023. p. 91-95.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 38. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3. ed. revista pelo autor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- FURTADO, Celso. **Anos de Formação**: 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado. Organização de Rosa Freire d’Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, Arquivos Celso Furtado 6, 2014.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2001.
- MARQUES DE MELO, José. **Comunicação, opinião e desenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.
- MARQUES DE MELO, José. **História do pensamento comunicacional**: cenários e personagens. São Paulo: Paulus, 2003.
- MARQUES DE MELO, José. A prima pobre das ciências sociais. [Entrevista concedida a: Mariluce Moura]. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, ed. 201, nov. 2012. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/jose-marques-de-melo-a-prima-pobre-das-ciencias-sociais/>. Acesso em: 19 set. 2024.
- NUZZI, Vitor. A formação do pensamento de Celso Furtado: obra detalha os primeiros passos de um dos principais pensadores do Brasil nos estudos e no jornalismo. E dá pistas do futuro economista. **Revista do Brasil**, São Paulo, n. 100, p. 16, 23 out. 2014.
- PERUZZO, Cicilia Krohling. Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social. *In: MONTEIRO NETO, A. (org.). Sociedade, política e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2014. p. 161-195.
- SANTANA, Flávio *et al.* Aproximações teóricas e metodológicas entre a Folkcomunicação e a Comunicação para o Desenvolvimento (C4D). **Intercom**, São Paulo, v. 46, p. 1-16, 2023.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 29. ed. São Paulo: Editora Record, 2019.
- SANTOS, M. J.; CARNIELLO, M. F. Comunicação para o desenvolvimento regional. *In: SOUZA, C. M. et al. (org.). Celso Furtado: a esperança militante*. Vol. 3. Campina Grande: EDUEPB, 2020. p. 375-396.
- SCHRAMM, Wilbur. **Comunicação de massa e desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1976.
- SERVAES, Jan. Comunicación para el desarrollo: tres paradigmas, dos modelos. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, v. 1, n. 1-2, p. 19-53, 2004.

SOUZA, Cidoval Moraes de *et al.* (org.). **Celso Furtado**: a esperança militante. Campina Grande: EDUEPB, 2020.